

ELEIÇÕES

Tensão no debate pós-cadeirada

Com assentos parafusados e segurança em frente aos púlpitos, candidatos à Prefeitura de São Paulo se encontram pela primeira vez desde a agressão de Datena a Marçal. Novamente houve muita provocação, mas teve espaço para alguma proposta

» CAMILA CURADO
» FERNANDA STRICKLAND

Os candidatos à Prefeitura de São Paulo se reuniram pela primeira vez, na manhã de ontem, após o episódio da cadeirada de José Luiz Datena (PSDB) contra Pablo Marçal (PRTB), na TV Cultura. Os postulantes ao cargo participaram de um debate promovido pela a RedeTV! e o UOL, em que foram adotadas novas medidas de segurança para evitar agressão física. Apesar de trocas de ofensas entre os concorrentes, foram apresentadas algumas propostas para o município durante o programa.

Além de Datena e Marçal, estiveram presentes Ricardo Nunes (MDB), Guilherme Boulos (PSOL), Marina Helena (Novo) e Tabata Amaral (PSB). Imagens dos bastidores mostraram que as cadeiras do estúdio foram parafusadas no chão para evitar a violência física. Os candidatos à Prefeitura de SP também foram acompanhados por seguranças durante os intervalos do debate.

A organização do evento conseguiu que as agressões físicas fossem evitadas, mas os ataques verbais e acusações predominaram nas falas da maioria dos candidatos. O ex-coach Pablo Marçal mostrou-se irritado com uma das regras do programa que obrigava os candidatos a se referirem aos adversários pelo nome, e não por apelidos pejorativos. A princípio, ele se recusou a obedecer, e insistiu em chamar o atual prefeito de SP de “bananinha”. Depois, ele se referiu ao emedebista como “futuro ex-prefeito”.

“E não posso mais falar que você parece essa fruta, porque fui censurado. Você usa seu programa (partidário) para me vincular ao PCC, mas é você que é o ‘tchutchuca’ do PCC”, declarou. Nunes pediu para o influencer “elevantar o nível”, e Marçal provocou: “Falando de respeito quem

Taba Benedicto/AE



Debate pós-cadeirada teve gritaria entre concorrentes e advertências. Candidatos também apresentaram propostas sobre saúde, educação e mobilidade urbana

já agrediu a esposa. Se sua esposa te perdoou, a cidade de São Paulo precisa te perdoar”, disse.

Depois, foi a vez de Datena ser alvo das falas do candidato do PRTB, que equiparou a agressão do ex-apresentador a ele com o “comportamento de um orangotango”. O ex-apresentador afirmou não estar feliz com a confusão do último debate e disse que isso não se repetiria porque ele não bateria duas vezes em um “covarde”.

O prefeito de São Paulo voltou a ser atacado por Marçal. “Você vai ser preso, Ricardo Nunes, por tocar nas merendas das crianças”, acusou. Eles protagonizaram uma discussão aos gritos, e a apresentadora,

Amanda Klein, precisou elevar a voz. “Parem, parem já!”, interveio a jornalista.

Entre Tabata Amaral e Marina Helena, houve atritos quando a candidata do Novo acusou a adversária de ter usado jatinho particular para visitar o namorado, o prefeito do Recife, João Campos (PSB). “Quantas viagens você fez no ano passado e quem pagou por elas?”, questionou.

Tabata se defendeu e disse se tratar de “um delírio” de Marina Helena. Ela afirmou só ter andado de avião comercial e, nos bastidores do programa, ameaçou processar a candidata do Novo pela acusação sem provas.

Para José Luiz Datena,

Marina disse para ele retirar a sua candidatura por conta do episódio da agressão a Marçal. “Você não tem controle emocional para usar a cadeira de prefeito da cidade de São Paulo”, argumentou. Em resposta, o tucano disse ter sido ele a levar a ‘cadeirada’ por ser acusado de um crime hediondo que não cometeu. “Um processo que já está arquivado e que nem falava de estupro. Essa é a pior cadeirada que alguém pode receber”, afirmou.

Programa

Das promessas dos candidatos, Tabata Amaral disse ter foco na alfabetização e na melhoria

da educação da cidade de SP. Ela prometeu levar tecnologia, intercâmbio internacional, esporte, cultura e teatro para as escolas. Marina Helena defendeu sua proposta de mobilidade, explicando como funcionará a tarifa flexível. “Os valores serão os mesmos nos horários de pico, mas reduzidas nos horários fora de pico”.

Uma das ideias que Guilherme Boulos apresentou foi para o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele afirmou que fará o “Poupatempo” para a saúde e prometeu zerar a fila para atendimentos na cidade. Pablo Marçal, quando questionado sobre suas críticas ao programa social Bolsa Família, disse que

acabaria com o benefício caso chegasse à Prefeitura de SP.

A última pesquisa do Instituto Datafolha mostrou que o índice de rejeição dos candidatos tem motivadores diferentes. Enquanto que para os postulantes que se apresentam como novidades no cenário político, Datena e Pablo Marçal, a rejeição está mais ligada à imagem pessoal, para Boulos, candidato ao cargo pela segunda vez consecutiva e com trajetória política ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a outras pautas da esquerda, a sua rejeição está mais conectada a questões de ideologia. Para Nunes, as críticas dos eleitores são sobre a gestão à frente da prefeitura.

Cinco perguntas para Torquato Jardim



Marília Lima/CPA Press

» ANA DUBEUX

Ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ex-ministro da Justiça e ex-advogado-geral da União, o jurista Torquato Jardim considera os atos grosseiros na campanha municipal de São Paulo uma distorção do conceito de liberdade de expressão. Acredita, ainda, que os candidatos confundem o eleitorado como uma plateia de reality show. Jardim não crê em consequências eleitorais para a agressão de José Luiz Datena contra Pablo Marçal.

O senhor imaginou que chegaríamos ao nível do telecatch combinado com cadeirada?

Não me surpreendi. A conduta dos candidatos nos encontros anteriores já vinha numa curva ascendente de muita agressividade e quase nada de política. Na verdade, era já um “reality show” sobre quem falava mal com mais emoção para um júri popular.

Onde erramos? Como chegamos a isso?

Começou com uma leitura

exacerbada da idolatrada “liberdade de expressão”. Essa liberdade, no âmbito público da vida republicana e no processo eleitoral de escolha dos agentes da representação, é garantia para o candidato expor e para o eleitor ouvir propostas de políticas públicas. Vale dizer, informar o candidato quais são as prioridades e os meios de sua realização para convencer o eleitor e obter seu voto. O “bate boca” é por vezes necessário como retórica, mas não como meio único da confrontação. Depois, os candidatos parecem ver o eleitor como

plateia de comédia “stand up” — ganha aquele mais engraçado ou menos convencional.

A legislação eleitoral prevê cassação/impugnação de candidatura em caso de agressão como a que assistimos no debate da TV Cultura?

Não é hipótese de ineligibilidade em si mesma. Mas consequências de outra ordem poderão trazer reflexos eleitorais.

O pedido de cassação da candidatura do Datena

anunciado pelo Marçal tem condições de prosperar?

Não há tempo útil para que um processo dessa natureza seja concluído e com trânsito em julgado antes da eleição.

A emissora tem o direito legal de expulsar um candidato como a TV Cultura fez com Datena?

Sim. Em qualquer ambiente coletivo (cinema, teatro, sala de aula, sala de trabalho, hospital, etc.), o desordeiro pode ser retirado do local no interesse da convivência pacífica.

INVESTIGAÇÃO

Bruno e Dom: TRF-1 exclui réu

» RENATO SOUZA

A 4ª Turma do Tribunal Federal da 1ª Região (TRF-1) acatou, ontem, um recurso para retirar a acusação contra um dos réus do caso dos assassinos do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. O crime ocorreu no Vale do Javari, Amazonas, em junho de 2022. Com a decisão, Oseney da Costa de Oliveira deve ser solto nos próximos dias.

Os magistrados derrubaram a determinação da Justiça Federal de Tabatinga (AM), pois entenderam que não foram apresentadas provas suficientes de que Oseney estava no local do crime no momento em que os homicídios ocorreram. Ele é irmão de Amarildo da Costa Oliveira, que deu carona a outro envolvido no dia do desaparecimento de Bruno e Dom.

O desembargador Marcos Augusto de Sousa destacou que esse fato não é suficiente para determinar participação efetiva no crime. “O réu estava nas proximidades do local do crime. Local do crime e cena do crime são coisas diferentes”, disse. Os demais desembargadores do colegiado, César Jatáhy e Leão Alves, acompanharam o voto do relator.

Tribunal do Júri

Na mesma sessão, o TRF-1 decidiu manter a realização de Tribunal do Júri para julgamento dos réus Amarildo da Costa Oliveira e Jefferson da Silva Lima, acusados de terem assassinado Bruno Pereira e Dom Phillips. O tribunal entendeu que existem provas da participação deles nos assassinatos, além da ocultação de cadáver.

O Tribunal do Júri julga crimes dolosos contra a vida. Os jurados

populares convocados pelo Poder Judiciário analisam o caso e dão o veredito, que pode ser pela condenação ou absolvição dos acusados. Ainda não existe prazo para que o procedimento ocorra no caso do jornalista e do indigenista que foram mortos.

Dom Phillips era correspondente no Brasil do jornal *The Guardian*. Bruno Pereira era conhecido por seu envolvimento com as causas indígenas e denúncias contra o avanço do garimpo ilegal sobre terras ocupadas pelos povos tradicionais. O governo federal, liderado por Jair Bolsonaro à época, foi acusado de abrir espaço para o aumento da violência nas regiões ocupadas por indígenas, em razão do sucateamento de órgãos de fiscalização ambiental como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama).

Redes sociais/Reprodução



Indigenista e jornalista foram assassinados em expedição na Amazônia

O Vale do Javari é uma região conhecida por conflitos em razão da ocupação das terras e da exploração ilegal de pedras preciosas, como o ouro, alvo do garimpo clandestino. A Terra Indígena Vale do Javari é a segunda maior do país, com mais de 8,5 milhões de hectares.

Bruno e Dom foram vistos pela última vez enquanto se deslocavam

da comunidade São Rafael para a cidade de Atalaia do Norte (AM), onde gravaram trechos de reportagens e coletaram informações sobre a comunidade local. Os corpos foram encontrados dez dias depois, enterrados em uma área de mata fechada, a cerca de 3 quilômetros da calha do Rio Itacoá, com sinais de violência e tortura.

» Deputados denunciados

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou uma denúncia, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra três deputados do PL por corrupção passiva e organização criminosa em uma investigação sobre um esquema de desvio de recursos de emendas parlamentares. Os acusados são Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e Bosco Costa (PL-SE). De acordo com o órgão, foi estruturada uma organização criminosa para desviar recursos destinados à Prefeitura de São José de Ribamar (MA). O ex-prefeito do município teria sido pressionado a devolver R\$ 1 milhão em recursos.